

Índios ganham novo currículo escolar

A obra, que levou mais de dois anos para ser concluída, foi apresentada ontem por professores indígenas ao presidente FHC, em Brasília

BRASÍLIA (AJB) - O presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, receberam ontem, para um almoço no Palácio da Alvorada, 20 representantes do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, formado por professores das 1.600 escolas indígenas espalhadas pelo interior do Brasil.

Os professores estão em Brasília participando do 2º Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena, aberto na terça-feira e que se encerra hoje. O almoço com o presidente foi iniciativa da primeira-dama Ruth Cardoso, que participou do encontro.

Durante o encontro, os professores indígenas terminaram a elaboração do primeiro referencial curricular nacional para as escolas indígenas, que levou dois anos e meio para ficar pronto. No currículo, além das disciplinas tradicionais, os 76.293

índios que estudam nas escolas indígenas do País terão também aulas específicas de auto-sustentação, ética indígena e pluralidade cultural, além de aprenderem a história das lutas e dos movimentos indígenas no País e no mundo.

ONGs - Estimular a integração do ensino público com atividades desenvolvidas por organizações não-governamentais (ONGs). Esse é o objetivo do 2º Encontro Nacional de Educadores, realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), no Rio. O evento - promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pelo Banco Itaú - deve reunir, até hoje, representantes de 80 ONGs e 15 escolas públicas.

Para a gerente de projetos do Unicef, Ana Catarina Braga, o "maior desafio" é difundir no País um programa de ações educacionais complementares, realizado por ONGs, que respeite as características locais de cada região. Ela lembra que a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação prevê a existência de compo-

nentes alternativos no processo educacional.

May Malta é diretora da ONG carioca "Roda Viva", instituição que realiza, desde 1991, um trabalho com cerca de mil alunos de escolas do complexo de favelas do Borel, na Zona Norte do Rio. O projeto, que recebe R\$ 50 mil por ano do Unicef, conta com 22 agentes comunitários que desenvolvem, junto aos alunos, atividades de reforço e acompanhamento escolar, lazer, esporte e artísticas. "É uma alternativa para o jovem não ingressar no mundo do tóxico, que tem um apelo muito grande", diz. Segundo a diretora da ONG, pelo menos outros 500 jovens aguardam vagas para participar do projeto. "Há uma demanda enorme, mas falta dinheiro", lamenta.

Credibilidade e visibilidade são qualidades que as ONGs devem adquirir para conseguir recursos, conclui May. Para Ana Catarina, o patrocínio é uma "questão de sobrevivência".

"Ao trabalhar junto com o Unicef, nosso objetivo é gerar iniciativas semelhantes", disse o gerente do Programa de Apoio Comunitário do Itaú, Luiz Eduardo Junqueira. O

banco doou R\$ 6 milhões ao Unicef nos últimos quatro anos. O Fundo das Nações Unidas repassa, por ano, cerca de R\$ 5 milhões para projetos educacionais.

May defende um rápido estímulo à participação, porque o processo, segundo ela, é muito longo. "É necessária uma mobilização social pela qualidade do ensino público", diz a pesquisadora Alice Quadradó, do Cenpec. Para ela, a questão do acesso à escola estaria "razoavelmente resolvida", e o "próximo passo" seria quanto à qualidade. "Nossa batalha é para mostrar que é possível fazer um trabalho complementar, e também educacional, entre ONGs e colégios; é uma conta de somar", disse.

Ontem, o encontro terminou com a apresentação do grupo de rap AfroReggae, formado por 15 jovens da Favela de Vigário Geral, na Zona Norte do Rio, onde 21 pessoas foram mortas, em 1993.

Escolas terão também aulas específicas de auto-sustentação, ética indígena e meio cultural



Ao lado de dona Ruth Cardoso, o presidente FHC recebe do ministro Paulo Renato livro indígena

Escolas não devem renovar matrícula

RIO (AE) - Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) está orientando as instituições filiadas a não renovar matrículas de alunos inadimplentes para o próximo ano. De acordo com dados da Confenen, os devedores comprometem de 10% a 15% da receita nas escolas de ensino médio e entre 15% e 20% nas instituições de ensino superior. "Se não houver negociação, a ordem é bloquear a matrícula", afirmou o vice-diretor da Confenen, Sérgio Arcuri. "É impossível manter serviços de qualidade com tais níveis de inadimplência". Arcuri negou que a Confenen vá propor à Secretaria Especial de Acompanhamen-

to Econômico do Ministério da Fazenda que o prazo de tolerância com alunos devedores seja limitado em 60 dias. "Isso é uma faca de dois gumes: é bom que se tenha regulamentação sobre o assunto, mas quem mantém a mensalidade em dia vai passar a acreditar que pode ficar até dois meses sem pagá-la", ponderou o vice-presidente. "Eu não posso dizer aos professores que eles vão receber daqui a 60 dias". Arcuri acredita que um terço dos inadimplentes tem condição de pagar, mas se recusa. Matrículas - O presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Alunos, João Luiz Faria Netto Júnior, disse que a entidade

está preparando uma ofensiva contra o bloqueio de matrículas de alunos inadimplentes. "Não posso antecipar o que é, mas estamos provocando a garantia de renovação das matrículas", afirmou. De acordo com Netto, contratos são assinados no início do ano apenas por causa da mudança de valores das mensalidades. "O pai matricula o filho pelo que a escola oferece, não pelo período de um ano", disse. "O que vale é a primeira matrícula".

Netto atribui o elevado índice de inadimplência "à ganância do comércio educacional e à falta de sensibilidade por parte dos estabelecimentos de ensino".